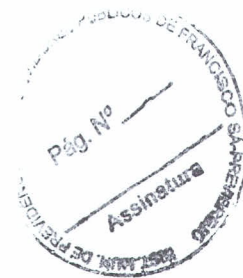


INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para consultoria na área de investimentos, com fornecimento de sistema online para controle e monitoramento de investimentos:

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação acima elencada faz-se necessária para auxiliar o Gestor do Instituto de Previdência, através de consultoria formas de planejar, executar, gerenciar os investimentos do Instituto de forma eficaz e objetiva.

Sendo assim justificamos a contratação de pessoa jurídica para consultoria, atendendo assim às necessidades do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá – Previbrejo:

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	UND	Qtde
1	Serviços de assessoria e consultoria em investimentos, na forma da resolução Nº. 3.922/2010 do CMN – Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, da Portaria MPS Nº. 519/2011 do Ministério da Previdência Social, e suas alterações, fornecimento de software online para controle e monitoramento de investimentos do Instituto de Previdência.	Mês	12

3.1 Os serviços deverão respeitar as especificações técnicas e requisitos de desempenho dos órgãos de controle nas formas da resolução Nº. 3.922/2010 do CMN – Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, da Portaria MPS Nº. 519/2011 do Ministério da Previdência Social.

4- FORMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

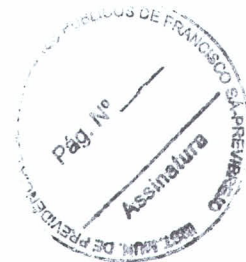
- 4.1. O objeto do presente projeto deverá ser prestado através de canais de comunicação como, skype, whatsapp, telefone email etc...
- 4.2. Os relatórios, demonstrativos e outros deverão ser enviados pelos canais de comunicação acima descritos..
- 4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93.
- 4.4. O Instituto de Previdência rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do projeto básico.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG

CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

Fone: (38) 3233-1659



5. VALOR ESTIMADO E VIGÊNCIA

- 5.1. O custo estimado total da presente contratação é de R \$3.480,00 (**três mil, quatrocentos e oitenta reais**).
- 5.2. O custo menor foi apurado a partir de cotações de preços constantes do processo administrativo, conforme orçamentos coletados de empresas especializadas do ramo, conforme o caso.
- 5.3. Os contratos gerados terão sua vigência por 12 (doze) meses.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Os serviços serão recebidos:
 - a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste projeto básico.
 - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do projeto básico, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.3. O Instituto de previdência rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada obriga-se a:
 - 7.1.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, nos prazos definidos pelo Instituto de Previdência, através dos meios de comunicação definidos, em estrita observância das especificações constantes do projeto básico, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
 - 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências do Instituto de Previdência, inerentes ao objeto da presente licitação;
 - 7.1.4. Comunicar ao Instituto de Previdência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

- 8.1.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do projeto básico, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da diretoria do instituto de Previdência;
- 8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS E GARANTIA

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da do Instituto de Previdência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Instituto.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 8.666/93.
- 11.2. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.
- 11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



1999.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas desta contratação serão suportada pela dotação orçamentária:

03.001.001. 09.122.0002 2132-3.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA 105 - Taxa de Administração do RPPS

Francisco Sá, 19 de janeiro de 2021.

Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - PREVIBREJO
Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - Previbrejo